



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – CEPE

18 de novembro de 2016

No dia dezoito de novembro de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão – Cepe, via webconferência (<http://webconf2.rnp.br/p5mraldq37g/>), sob a Presidência da Pró-Reitora de Ensino do Ifes, a senhora Araceli Verónica Flores Nardy Ribeiro, com a presença dos seguintes membros: Carla Ribeiro Macedo, Cristiano da Silveira Colombo, Pedro Leite Barbieri, Sanandrea Torezani Perinni, Divina Leila Soares Silva, Renata Aparecida dos Santos, Cláudia da Cunha Monte Oliveira, Fabiano Ricardo Brunele Caliman, Ednéia Nunes da Silva, Fernanda Zanetti Becalli, Fernando Tadeu Esposito, André Romero da Silva, Deborah Valandro de Souza, Hudson Luiz Côgo, Simone de Souza Christo, Viviane Zandonade, Ires Maria Pizetta Moschen, Júlio César Netto, Wagner Teixeira da Costa, Vanessa Battestin Nunes, Jonadable Alves Palmeira, Juliano Tessinari Zagoto, Antônio Resende Fernandes, Whelligton Renan da Vitória Reis e José Mário Costa Júnior. Convidados: José Aguilar Pilon, Randall Guedes Teixeira, Aldieris Braz Amorim Caprini, Kênia Teixeira Passos Rangel e Paula Mara dos Reis Ferraz. A Pró-Reitora de Ensino, Araceli Verónica Flores Nardy Ribeiro, abriu a reunião e agradeceu a presença de todos. A seguir, fez leitura da pauta, com os seguintes pontos: **1 Informes; 2 Aprovação das atas das reuniões de 17/10/2016 e de 21/10/2016; 3 Apreciação da proposta de Resolução do Núcleo Comum dos Cursos de Engenharia; 4 Apreciação da proposta de minuta para instituir a Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais do Ifes; 5 Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Biotecnologia integrado ao Ensino Médio do Campus Vila Velha – Processo 23187.000721/2016-51; 6 Apreciação do relatório parcial da turma 01-2015 do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão Empresarial do Campus Linhares com solicitação de nova oferta – Processo 23155.000500/2016-59; 7 Apreciação do pedido de suspensão de oferta do Curso Técnico em Biotecnologia concomitante ao Ensino Médio do Campus Vila Velha – Processo 23187.000707/2016-56; 8 Apreciação do pedido de extinção do Curso Técnico em**

Administração concomitante ao Ensino Médio do Campus Venda Nova do Imigrante – Processo 23186.000707-66; 9 **Apreciação do Projeto Pedagógico de Curso Referência PPCR – Curso Técnico em Agroindústria - Processo 23186.000592/2016-18.** A pauta foi aprovada por todos. Araceli informou que não havia nenhum informe e passou para o **item 2**, aprovação das Atas das reuniões de 17/10/2016 e de 21/10/2016. As Atas foram aprovadas por todos. Araceli inverteu a ordem da pauta e abriu o **item 4**, apreciação da proposta de minuta para instituir a Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais do Ifes. A palavra foi passada para o prof. Aldieris Braz Amorim Caprini, presidente da comissão responsável pela elaboração da minuta, para apresentação da proposta. Aldieris fez uma breve contextualização sobre as etapas de elaboração do documento, destacando que inicialmente as discussões estavam sendo conduzidas pela servidora Maria Dorotéa dos Santos Silva, contudo, a referida servidora entrou de licença para tratamento de saúde e Aldieris passou a conduzir as discussões. A comissão encerrou os trabalhos em maio de 2016 e a minuta foi disponibilizada para consulta pública no período de 1º de julho a 31 de agosto de 2016. Aldieris explicou que a comissão possuía representantes de todos os campi, das pró-reitorias e da sociedade civil. Alguns representantes nunca participaram das reuniões, outros vinham uma vez ou outra e ficavam perdidos nas discussões. Aldieris informou que houve grande rotatividade de representantes e explicou que a cada reunião vinha um novo membro querendo muitas vezes retomar assuntos já finalizados em reuniões anteriores. Aldieris explicou que a política tem a finalidade de orientar os campi na reorganização de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos de cursos, bem como congregar diversas ações e atividades envolvendo os campi de forma sistêmica, visando ao cumprimento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Além disso, a referida política também prevê o estabelecimento de diretrizes e planejamento de estratégias de caráter institucional para a implementação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08. A comissão elaborou um plano de ação com metas e prazos para implementação. A política e o plano de ação fundamentam-se em 06 (seis) eixos norteadores que visam ao desenvolvimento das ações para promoção da diversidade e combate à desigualdade racial na educação: Eixo 1: Fortalecimento do marco legal, Eixo 2: Política de formação para gestores (as) e profissionais da educação, Eixo 3: Política de material didático e paradidático, Eixo 4: Gestão democrática e mecanismos de participação social; Eixo 5: Avaliação e monitoramento, Eixo 6: Condições institucionais. Aldieris explicou que a proposta foi bastante discutida e destacou que serão os gestores em conjunto com os professores que conduzirão os trabalhos norteados pela política. Deverá ser criado o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) Central e os núcleos locais do Neabi nos campi para acompanhar esse trabalho. O plano de ação tem o prazo de 2017 a 2019 para implementação das metas. Foi usado como parâmetro o Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI), cujo prazo de vigência vai de 2014 a 2019. Quando for elaborado o novo PDI também deverá ser elaborado um novo plano de ação. Aldieris explicou que a construção do plano de ação teve como base o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira de 2013. Sanandrea (Campus Centro Serrano) mencionou que o documento estava excelente e que o plano de ação traz ações possíveis de realizar. Fernando (Campus Piúma) sugeriu maior esclarecimento sobre como as políticas são realizadas, pois quem ler apenas a minuta sem a explicação terá dificuldade para entender como a política será implementada. Aldieris explicou que a política não pode ser muito detalhada, pois trata-se de uma diretriz. Araceli acrescentou que a forma como a política será executada deverá ser registrada em outro documento. Aldieris informou que poderá ser publicado um relatório no site do Ifes sobre o que foi implementado. Fernando parabenizou a comissão e todos os envolvidos na elaboração do documento e acrescentou que é excelente haver essa diretriz para implementação das ações nos campi. Findos os esclarecimentos, a minuta foi aprovada. Araceli abriu o **item 3**, apreciação da proposta de Resolução do Núcleo Comum dos Cursos de Engenharia, fez uma breve apresentação do documento e passou a palavra para Randall Guedes Teixeira, Diretor de Graduação. Randall explicou que a proposta foi elaborada por uma comissão composta por representantes de todos os cursos de engenharia ofertados pelo Ifes e informou que os cursos de Agronomia e de Engenharia de Pesca ficarão fora dessa resolução, pois possuem diretrizes específicas. O núcleo comum dos cursos de Engenharia possui 25 (vinte e cinco) disciplinas, cujos planos de ensino deverão ter os mesmos objetivos gerais, objetivos específicos, ementas e conteúdos. Os demais itens dos planos de ensino poderão ser adequados livremente. Randall explicou que o art. 4º limita a carga horária dos componentes curriculares obrigatórios e optativos não devendo ultrapassar 3.600 horas. O art. 5º que estabelece que “Havendo mais do que um curso de engenharia com a mesma denominação dentro do Instituto, as matrizes curriculares deverão ter uma compatibilidade mínima de 50%”, foi proposto pela Câmara de Graduação para ficar igual às resoluções de núcleo comum dos cursos de Licenciatura e de similaridade nas matrizes dos cursos de Tecnologia e de Bacharelado. Randall informou que na reunião da Câmara de Graduação houve alguns questionamentos em relação às disciplinas de “Economia para Engenharia”, “Empreendedorismo”, “Metodologia da Pesquisa” e “Introdução à Administração”, e também houve a sugestão de exclusão da disciplina de “Ciências dos Materiais” do núcleo comum. Os planos de ensino voltaram para a comissão com as observações da Câmara de Graduação, a comissão se reuniu para discutir as sugestões e basicamente foram mantidos os planos de ensino originais. A comissão optou por manter a disciplina de “Ciências dos Materiais” no núcleo comum. A profª Maria Auxiliadora do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) propôs um programa alternativo para a disciplina de “Metodologia da Pesquisa” e algumas

sugestões dela com relação a objetivos e ementa foram acatadas pela comissão. Wagner (Campus Serra) salientou que o Campus Serra era contra a instituição do núcleo comum para os cursos de engenharia. Randall informou que a comissão sugeriu que os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) sejam revisados ao longo do ano de 2017 para entrarem em vigor em 2018/1, exceto os cursos que estão próximo ao reconhecimento. Randall perguntou se seria melhor colocar essa informação na resolução ou elaborar uma orientação normativa da Pró-Reitoria de Ensino (Proen) sobre esse assunto. Os membros optaram pela elaboração de uma orientação normativa da Proen e a proposta de Resolução do Núcleo Comum dos Cursos de Engenharia foi aprovada. Para o **item 5**, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Biotecnologia integrado ao Ensino Médio do Campus Vila Velha, a palavra foi passada para Fernanda Zanetti Becalli, Diretora de Ensino do Campus Vila Velha. Fernanda informou que o PPC foi elaborado em apenas 02 (dois) meses para o curso iniciar em 2017/1. Fernanda agradeceu aos pareceristas técnico e pedagógico e informou que todas as sugestões foram acatadas pela comissão. Serão oferecidas 40 (quarenta) vagas anuais no turno diurno e o curso terá duração de 03 (três) anos. A carga horária total é de 3225 horas e o campus receberá 02 (duas) vagas de professores. Também haverá professores multicampi atuando no curso. O curso tem um projeto integrador, o estágio tem carga horária de 400 horas e não é obrigatório. Araceli informou que o PPC do Campus Vila Velha e os PPCs dos cursos integrados do Campus Serra, que foram aprovados na última reunião do Cepe, já tinham sido aprovados no Colégio de Dirigentes para que pudessem entrar no edital do processo seletivo de cursos técnicos para ingresso em 2017/1. Antônio (Campus Santa Teresa) reclamou que em seu campus havia muitos problemas técnicos para participar das reuniões por webconferência. Araceli ressaltou a importância de os campi se estruturarem para fazer reuniões por webconferência, pois evita-se o deslocamento de servidores e diminui-se gastos com pagamento de diárias. Araceli informou que a Proen elaborará um documento para os diretores gerais sobre a importância de os campi se adequarem para a realização das reuniões a distância, pois pretende-se realizar algumas reuniões do Cepe a distância em 2017. Findas as discussões, o projeto foi aprovado. Araceli abriu o **item 6**, apreciação do relatório parcial da turma 01-2015 do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão Empresarial do Campus Linhares com solicitação de nova oferta, e passou a palavra para Whelligton Renan da Vitória Reis para apresentação sobre o curso. Whelligton informou que o curso foi bem avaliado e destacou que os alunos estão na fase de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A segunda turma será ofertada nas mesmas condições da primeira. Araceli ressaltou que o curso é de grande importância para a região. Finda a apresentação, o relatório parcial da turma 01-2015 e a solicitação de nova oferta do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão Empresarial foram aprovados. Whelligton agradeceu a todos e se retirou da reunião para participar de outra reunião. Para o **item 7**, apreciação do pedido de suspensão de oferta do Curso

Técnico em Biotecnologia concomitante ao Ensino Médio do Campus Vila Velha, a palavra foi passada para Fernanda Zanetti Becalli, Diretora de Ensino do Campus Vila Velha. Fernanda informou que será necessário suspender a oferta do Curso Técnico em Biotecnologia concomitante ao Ensino Médio para que o campus consiga ofertar o Curso Técnico em Biotecnologia integrado ao Ensino Médio. O Campus Vila Velha não tem salas de aula suficientes para manter as 02 (duas) ofertas. Estão sendo realizadas as obras de ampliação, mas por enquanto não será possível continuar ofertando o curso técnico concomitante. Findos os esclarecimentos, a suspensão de oferta do Curso Técnico em Biotecnologia concomitante ao Ensino Médio foi aprovada. Araceli abriu o **item 8**, apreciação do pedido de extinção do Curso Técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio do Campus Venda Nova do Imigrante, e passou a palavra para Fabiano Ricardo Brunele Caliman, Diretor de Ensino do Campus Venda Nova. Fabiano fez um breve relato explicando que em pesquisa informal realizada nas turmas do curso técnico, verificou-se que a maioria dos alunos tem interesse em fazer o curso de graduação. Além disso, o curso atenderá a uma demanda da região e a pesquisa demonstrou grande interesse na oferta do curso de Bacharelado em Administração. Fabiano esclareceu que o campus continuará atendendo à Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais, mesmo com a extinção do referido curso técnico, e ressaltou que desde a implantação do campus já havia a intenção de verticalizar na área de administração. Cláudia (Campus Montanha) mencionou que era interessante ofertar o curso de graduação em Administração para garantir a continuidade para os alunos do campus. Após as devidas considerações, a extinção do Curso Técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio foi aprovada. Para o **item 9**, apreciação do Projeto Pedagógico de Curso Referência PPCR – Curso Técnico em Agroindústria, a palavra foi passada para José Aguilar Pilon, Diretor de Ensino Técnico. Pilon fez um breve histórico informando que o primeiro projeto de referência foi o do Curso Técnico em Agropecuária, que contempla o núcleo profissional e o núcleo comum. Para os demais projetos de referência, ficou acordado que o núcleo comum não seria discutido porque a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ainda estava em discussão. Atualmente existe uma nova proposta de reforma do ensino médio e o PPC de referência valerá apenas para o núcleo profissional até que haja uma definição sobre a reformulação do ensino médio. O projeto foi aprovado. Araceli solicitou a inclusão do **item 10**, sobre período de integralização dos cursos e conclusão do estágio obrigatório. Araceli explicou que o Campus Santa Teresa enviou um memorando informando que há situações de alunos que concluem o estágio durante a formação, mas não protocolam no setor responsável e se afastam sem solicitar o diploma. Há casos de alunos que em função da dificuldade de conclusão do estágio obrigatório durante a formação também se afastam sem finalizar o curso. Esses alunos procuram o campus para solicitar o diploma com o tempo do curso já integralizado. Araceli sugeriu abrir uma chamada pública para aqueles alunos

que já integralizaram o curso, mas ainda devem estágio ou TCC, se apresentarem e o Ifes estabelece um prazo para eles concluírem aquilo que está faltando. Fernando (Campus Piúma) mencionou que isso ocorre também em outras situações em que o aluno fica devendo alguma disciplina. Araceli explicou que neste primeiro momento será complicado estender para outras situações, mas é possível pensar nisso para depois. Pedro (Campus Cariacica) concordou em abrir a chamada pública somente para estágio e TCC e mais tarde abrir para outras situações. Araceli informou que elaborará uma proposta e a encaminhará ao Cepe para verificação antes de publicar. Todos concordaram. Pilon informou que participou de uma audiência pública sobre cotas étnico-raciais, fraudes nos sistemas de cotas e mecanismos de fiscalização e controle de autodeclarações em casos controvertidos nas instituições de ensino superior públicas federais no Espírito Santo. O evento foi realizado pelo Ministério Público Federal por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, no dia 11 de novembro de 2016. Pilon informou que o Ministério Público ainda não tem uma solução para a questão das cotas raciais. Por enquanto vai continuar com a autodeclaração para os processos seletivos de estudantes e para concursos de servidores foram criadas comissões para atestar a veracidade das informações. A Pró-Reitora de Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) informou que a Ufes utilizará um questionário com questões abertas para os candidatos escreverem porque se consideram pretos ou pardos. O Procurador de Campinas informou que no edital terá imagens de seres humanos que se classificam como pretos e pardos e o candidato deverá verificar e informar com qual imagem ele se identifica. Esse procedimento foi questionado pelo movimento negro. Os processos seletivos do Ifes continuarão utilizando a autodeclaração. Nada mais havendo a tratar, Araceli deu por encerrada a reunião. Eu, Cristiana Aparecida Reimann do Nascimento, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, dezoito de novembro de dois mil e dezesseis.